

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 070

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE JUNHO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Pastor Edson Praczyk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Ofício nº 031/2000/GL-PMDB

Curitiba, 05.06.2000.

Senhor Presidente.

O Líder do PMDB no uso de suas prerrogativas, e em decisão unânime dos deputados estaduais que compõem a Bancada, comunica, que a partir da presente data

o deputado Edson Strapasson, deixa condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Narcotráfico e o Crime Organizado no Estado do Paraná, nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveitamos a oportunidade para renovarmos, votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) NEREU MOURA

Ofício nº 032/2000/GL-PT

Curitiba, 05.06.2000.

Senhor Presidente.

O Líder do PT no uso de suas prerrogativas, e em decisão unânime dos deputados estaduais que compõem a bancada, comunica, que a partir da presente data o deputado Ângelo Vanhoni, deixa a condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Narcotráfico e o Crime Organizado no Estado do Paraná, nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveitamos a oportunidade para renovarmos, votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

NOTA OFICIAL

Os deputados que integram a Bancada de Oposição na Assembléia Legislativa vêm a público comunicar nesta segunda-feira, dia 5 de junho de 2000, que decidiram oficialmente se retirarem da CPI do Narcotráfico.

Dentre as razões e motivos que levaram a tomada desta decisão se destaca:

Primeiramente, as denúncias de que um membro da CPI do Narcotráfico está envolvido com pessoas acusadas de integrar o crime organizado no Estado, situação que deveria merecer uma profunda investigação. Tal fato, no mínimo compromete a credibilidade das investigações desta comissão.

Outra razão para essa tomada de posição se refere à forma equivocada de condução dos trabalhos desenvolvida pela mesma, centralizada na presidência, deixando sem objetivos as investigações, e não permitindo o aprofundamento do processo dos questionamentos.

A saída dos três deputados de Oposição da CPI do Narcotráfico - Edson Strapasson, do PMDB; Edgar Bueno, do PDT; e Ângelo Vanhoni, do PT - é motivada, também, pelo fraco apoio do governo do Estado aos trabalhos da comissão. Este não criou até agora nenhuma força-tarefa para auxiliar nas investigações nem mesmo deu maior estrutura à Procuradoria de Investigações Criminais e ao Grupo Fera, como havia se comprometido.

A bancada lamenta ainda que a morosidade do processo judiciário e a constante revogação de mandados de

prisão de envolvidos com o narcotráfico e o crime organizado, termine por limitar e atrasar o andamento do processo investigatório como o esperado pela sociedade, na apuração dos fatos.

A CPI composta por 11 membros tornou mínima a participação da oposição o que inviabilizou a concretização de qualquer proposta ou iniciativa da bancada minoritária, a qual se viu apenas no papel de cancelar e legitimar a vontade da maioria governista.

Finalmente a Bancada de Oposição crê que as denúncias citadas e a atual forma de encaminhamento dos trabalhos da CPI vão frustrar todas as expectativas que a sociedade paranaense depositou nos trabalhos de investigação e apuração do crime organizado do nosso Estado, pelo Poder Legislativo.

Ofício nº 033/2000/GL-PDT

Curitiba, 05.06.2000.

Senhor Presidente.

O Líder do PDT no uso de suas prerrogativas, e em decisão unânime dos deputados estaduais que compõem a bancada, comunica, que a partir da presente data o deputado Edgar Bueno, deixa a condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Narcotráfico e o Crime Organizado no Estado do Paraná, nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveitamos a oportunidade para renovarmos, votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) EDGAR BUENO

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Paraná, vêm através deste, indicar o deputado Hermes Fonseca, como líder do partido nesta Casa, em substituição ao atual líder, deputado Péricles de Hollebem Mello.

Sendo o que consta para o momento, reiteramos nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

Líder do PT

Apoioamento:

Irineu Colombo, Hermes Fonseca e Ângelo Vanhoni.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 312/99, que autoriza o Poder Executivo criar o Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do jovem Cleber Galante, falecido no dia 04 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar para a família do senhor José Aparecido Almeida Santana, falecido no dia 02 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar para a família do senhor Joaquim Rodrigues de Almeida, falecido no dia 02 de junho, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1002

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de mensagem de profundo pesar, à senhora Veneza Gelain Fell, pelo falecimento do pioneiro de Catanduvas, senhor Natalício Fell.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A família Fell é uma das pioneiras do município de Catanduvas. Procedente do Rio Grande do Sul, chegou ao oeste do Paraná mais especificamente na cidade de Catanduvas e lá se estabeleceu. Com certeza não só presenciaram o nascimento de uma nova comunidade, como também se dedicaram com afinco para vê-la desenvolvida e forte.

Natalício Fell, ou “gaúcho”, como carinhosamente era chamado, trabalhando com taxi, conheceu pormenorizadamente a absoluta maioria das pessoas que por lá passou e que lá ainda vive. Além da “boléia”, outra distração do velho gaúcho era a gaita, sua companheira inseparável. Animou diversas festas, bailes e casamentos ocorridos no município. Tanto que seus filhos logo pegaram gosto pela música e constituíram um dos melhores conjuntos da música tradicionalista do Paraná. Hoje, o conjunto batizado de “Os Gauchinhos do Fandango”, está centrado no município de Campo Mourão.

Por tudo o que foi em vida, um extraordinário pai, leal amigo, esposo dedicado, lutador, humilde, idealista, o senhor Natalício Fell, merece esta homenagem póstuma oferecida pela Casa do povo do Paraná, a Assembléia Legislativa. Assim sendo, solicito o apoio a todos os deputados estaduais.

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário, senhor Theodoro Sovierzoski, ocorrido dia 29.05.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 86 anos de idade, faleceu, em 29.05.2000, o empresário, senhor Theodoro Sovierzoski, que deixou 02 filhos e doze netos.

O passamento do senhor Theodoro veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Theodoro Sovierzoski.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Theodoro Sovierzoski e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu d’Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do senhor Theodoro, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, trans-

borda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Theodoro sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sovierzoski, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, votos de pesar, pelo falecimento do cantor e compositor de MPB, João Nogueira, ocorrido ontem, 04 de junho de 2000, na cidade do Rio de Janeiro.

Suas músicas encantaram o povo brasileiro, pelo aspecto humanístico e alegre. João Nogueira morreu de enfarte, e estava com 58 anos.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela passagem do 53º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, presidente daquela Côrte de Contas, para que receba e cumprimente efusivamente todos os senhores conselheiros, auditores, procuradores, funcionários, colaboradores e em especial os ex-conselheiros, em nome do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que foi criado pelo Decreto-Lei nº 627, de 02 de junho de 1947, comemora dia 02 de junho o seu 53º aniversário de fundação.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

Devemos assinalar que a passagem do 53º aniversário de fundação do Tribunal de Contas, é motivo de orgulho para todos os paranaenses pelo que representa a nível nacional, inclusive na esfera internacional, principalmente como modelo de visão administrativa.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem se constituído em modelar instituição para as outras unidades da Federação.

Pelo desempenho que vem apresentando o Tribunal de Contas do Estado do Paraná contribui não só para a aplicação de justiça de contas, mas principalmente fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

Além do trabalho inerente às suas atribuições, o Tribunal de Contas vem prestando, ao longo de seus 53 anos, um exemplar serviço à sociedade mercê da grande capacidade de seus integrantes e a visão da colenda direção.

Na significativa data do 53º aniversário, orgulha-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná em associar-se às homenagens que merecidamente serão prestadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no dia em que lhe é consagrado.

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente.

Na forma do que prescreve o art. 132, § 1º, III, do Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, voto de congratulações ao secretário de Estado da Agricultura, Antonio Leonel Poloni e à Federação da Agricultura do Paraná (Faep), em face da implantação do Programa de Hortiqualidade do Paraná.

O programa foi apresentado às Ceasas de Londrina e Maringá e os organizadores estão divulgando esse programa no interior, para atingir toda a cadeia produtiva de frutas e legumes, desde o produtor até o varejo.

A parceria com a iniciativa privada tem por meta melhorar o padrão comercial, a qualidade e as embalagens das frutas e verduras.

Segundo o agrônomo Paulo Andrade, da Secretaria da Agricultura, “com a uniformização dos sistemas de embalagens, inclusive junto ao produtor, evitamos o trabalho de reclassificação e reembalagem que existe hoje dentro de cada Ceasa, o que eleva o custo e o desperdício dos produtos”, explica.

Segundo Andrade, o sucesso do programa depende do envolvimento de todos os elos da cadeia produtiva, desde produtores até supermercados e varejistas. Daí o esforço dos coordenadores do programa em divulgá-lo no interior, a começar pelos atacadistas da Região Norte do Estado, que movimentam grandes volumes de frutas e verduras.

A Ceasa de Maringá movimentou no ano passado 93.172 toneladas de produtos e a Ceasa de Londrina, 180.931 toneladas.

O trabalho de classificação e padronização única prevê variedades de produtos para todas as faixas de consumidores e cozinhas industriais. “Com isso, evita-se a mistura de padrões e variedades dentro de uma embalagem, artifício que o consumidor não aceita mais, sendo esse um dos motivos pelos quais muitas vezes ele procura

o produto importado no lugar do nacional”, segundo o técnico Paulo Andrade.

Hoje, dia cinco de junho, quando se comemora o Dia da Ecologia, é fundamental parabenizar essa iniciativa da Secretaria da Agricultura, pois a exploração racional da terra e o consumo responsável dos gêneros alimentícios, evitando-se os desperdícios, são fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos paranaense.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Pluma Conforto e Turismo (Rua Pres. Afonso Camargo, 330, loja 06, Curitiba), pelo recebimento do Prêmio ISO 9002 do QVQI.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Pluma Conforto e Turismo recebeu no Grand Hotel Rayon de Curitiba, o certificado ISO 9002 do Bureau Veritas Quality International - BVQI. A premiação ocorre 8 meses após a implantação do Sistema de Qualidade ISO 9002 com um investimento de R\$ 400 mil reais. O projeto foi coordenado pela empresa de consultoria Prodeg, sendo que a Pluma conquistou o prêmio em tempo recorde, já que normalmente as empresas levam um ano e meio para serem certificadas.

As primeiras ações para a obtenção do ISO 9002 aconteceram em 1996, quando a Pluma introduziu em sua operação uma série de diferenciais de qualidade e novas tecnologias de forma pioneira. Consciente que a conquista do certificado foi apenas mais uma etapa importante na busca da excelência em seus serviços, a empresa já está implementando mais uma série de iniciativas em sua operação, integrantes de seu planejamento estratégico.

Pelo recebimento merecido do Certificado ISO 9002, receba a Empresa Pluma Conforto e Turismo, através de seu fundador, Dorvalino Galiotto, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1015

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Luiz Carlos Setim, alusivos ao recebimento do Lâurea “Honra ao Mérito” concedido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Cândido de Abreu, 200, 6º andar, CEP 80530-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Carlos Walter Martins Pedro, alusivos ao recebimento do Diploma e Medalha do “Mérito Industrial”, concedido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Cândido de Abreu, 200, 6º andar, CEP 80530-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Eliseu de Paula, alusivos ao recebimento do Diploma e Medalha do “Mérito Industrial”, concedido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que ocorre na de hoje .

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Cândido de Abreu, 200, 6º andar, CEP 80530-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1018

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor David Pilatti Montes, alusivos ao recebimento do Diploma e Medalha do “Mérito Industrial”, concedido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Cândido de Abreu, 200, 6º andar, CEP 80530-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa do Estado do Paraná, alusivos a realização do Jantar Anual de Confraternização, onde serão homenageados os melhores criadores da raça Holandesa, no Estado do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor presidente Nélcio Ribas Centa, através de correspondência a ser encaminhada Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 623, CEP 80510-040, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Lidianópolis-Paraná, alusivos ao 10º Aniversário de Emancipação Política, a ser comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor João Batista da Silva, e ao presidente da Câmara senhor Luiz Carlos da Silva, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Juscelino Kubitschek, s/nº, CEP 86865-000, município de Lidianópolis-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado para o governador um ofício solicitando o empenho para que determine ao secretário dos Transportes que execute em parceria com o município, a conclusão da obra que está paralisada há 5 anos.

Importância da obra:

Para a segurança de Foz do Iguaçu do Paraná e até Nacional, uma vez que é área de acesso das drogas e contrabando que vêm do Paraguai, através do Rio Paraná.

Para recuperar uma região nobre da cidade, para instalações de equipamentos na área de turismo tais como restaurantes, parques e canchas esportivas.

Servirá para preservação do meio ambiente às margens do Rio Paraná (hoje ocupada por barracos de favela).

Fará a ligação da Ponte da Amizade à Ponte Tancredo pelas margens do Rio Iguaçu e Paraná.

E ainda dará fluxo do movimento de pessoas e veículos indo para Argentina, Paraguai e vice-versa sem passar no Centro de Foz do Iguaçu.

Desenvolverá a região comercial de ambas as pontes.

Sala das Sessões, 05.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, reforçando solicitação de destinação de uma ambulância para o município de Santo Antonio da Platina, protocolado naquele Órgão Estadual sob nº 4.479.407-1.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de solicitação a Telepar para que efetue a distribuição de mais de quarenta (40) linhas telefônicas para os municípios de Campestre e Colônia Matos, Estado do Paraná.

Ressalte-se que o município de Mandirituba possui uma central telefônica, porém os supracitados municípios sequer correspondem a áreas cobertas pela telefonia celular, sendo indispensável a estas comunidades a distribuição de no mínimo quarenta linhas telefônicas, vistos os apelos de mais de cinquenta interessados que tem ciência dos inúmeros benefícios e facilidades decorrentes de uma comunicação mais célere.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado o expediente ao senhor governador solicitando que determine à Secretaria de Transportes a elaborar um projeto, em caráter de urgência, e que a Secretaria execute a obra em parceria com município de Foz do Iguaçu, ligando a BR 277 ao Trevo de acesso à Ponte Tancredo Neves, que une Brasil e Argentina.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A cidade em 22 anos aumentou de 28.000 para 270.000 habitantes.

A infra-estrutura viária é praticamente a mesma.

Dará acesso a todo tráfego pesado dos países do Mercosul (Chile, Argentina e Uruguai) que hoje trafegam por dentro de Foz do Iguaçu.

A obra irá desenvolver nova região na cidade e será uma Avenida com características comerciais.

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações sobre o Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil (IMAB):

1 - Que tipo de serviço presta o IMAB à Secretaria de Educação?

2 - Qual a forma de contratação do IMAB e o valor pago pelo serviço global e o valor pago a cada mediador?

3 - Há quanto tempo o IMAB presta serviços a SEED?

4 - Cópia do Diário Oficial do Estado do Paraná, no qual consta a publicação do contrato firmado entre a SEED e o IMAB.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje a matéria do jornal "Diário da Manhã", de 17 de maio de 2000, em anexo, a qual refere-se a Viação Campos Gerais.

Empresa paranaense do ramo de transporte urbano, a qual vem oferecendo emprego para centenas de famílias, prestando um serviço de qualidade à população pontagrossense e sempre que possível atendendo as solicitações de entidades filantrópicas, entidades e outros de interesse da população.

A Viação Campos Gerais é uma empresa idônea, e atende a vários municípios do Estado, em especial ao município de Ponta Grossa. Vem demonstrando a cada dia que passa, uma grande importância no dia a dia do cidadão, pois atende a todos com respeito e profissionalismo.

Requer ainda, seja dada ciência à diretoria da Viação Campos Gerais, em nome de Marcos Gulin e Luis Norberto Gulin, assim como de todos os demais funcionários daquela empresa, na Rua Henrique Dias, 112, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 178/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Pde Executivo autorizado a mandar demolir as cercas que estão sendo instaladas ao redor da Praça Nossa Senhora da Salette no centro Cívico.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais, crescem as reclamações da população quanto a proibição de acesso livre na Praça Nossa Senhora da Salette. A construção de cercas ao redor da praça, no Centro Cívico, está causando constrangimento a toda a população, especialmente aqueles que costumavam transitar livremente, seja em passeios, lazer, ou simplesmente como trânsito para o Palácio Iguaçu, Tribunal do Juri, Assembléia Legislativa ou Tribunal de Contas.

Hoje em dia, em que tudo obedece a determinada técnicas, as caminhadas ao redor da Praça, é por excelência, o campo preferido da população. E técnica quer dizer consciência.

Eis a razão porque, em todos os países civilizados do mundo, o esporte é hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível de seu programa. Nem poderia ser de outra forma se quisermos atingir o aforismo latino:

“Mens Sana In Corpore Sano”.

Sim, um espírito sadio num corpo sadio é o escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar predominante entre as demais nações do globo.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. E o espírito cansado pela labuta diária precisa de distrações que atuarão como desintoxicantes e lenitivo ao organismo exausto. Se lançarmos os olhos em volta de nós, veremos que os povos que mais produzem, quer no terreno do trabalho produtivo, quer nos arraiais do espírito, são aqueles que sabem dosar as horas de recreio com as da labuta diária.

Com a colocação de cerca, formou-se um corredor, inclusive, com dificuldades para o trânsito.

O cidadão tem todo o direito de ir e vir em todo o Brasil, em tempo de paz. Se não houver ordem de um juiz ou se o cidadão não estiver em flagrante delito, qualquer impedimento à sua liberdade de locomoção é ilegal. A nossa Constituição prevê O Habeas Corpus para proteger seu direito de locomoção. Qualquer pessoa prejudicada pode procurar a justiça quando este Direito não for respeitado.

Confesso entretanto, que não encontro termos que traduzam plenamente a colocação de cercas em volta da Praça Nossa Senhora da Salette.

Neste século de velocidade seria, na realidade, um anacrônico, o estadista que não visse na praça pública o meio mais importante e mais necessário ao progresso.

Já alguém disse que as praças e os jardins públicos são os pulmões das cidades. Realmente, o que o pulmão é

para o organismo humano, é o jardim e a praça pública para o nosso cotidiano.

O homem que trabalha, quer na oficina, quer no escritório, precisa de um lugar onde espairar e descansar da labuta diária, com o contato da natureza.

A criança que estuda ou vive confinada entre quatro paredes de um lugar onde possa se entregar aos folguedos tão próprios da idade.

Ora, nada me parece tão adequado para o alcance almejado do que um logradouro como a Praça Nossa Senhora da Salette no Centro Cívico.

Caso a colocação de cercas seja receio de invasões do movimento sem terra, sem teto, professores, funcionários públicos, ou mais alguém que reivindica alguma coisa, deve haver inicialmente o “Diálogo”. Isso, é a coisa mais importante, porque, realmente, com o diálogo franco e aberto entre as partes, sempre chega-se a uma conclusão de respeito.

Numa democracia, com efeito, tudo se pode resolver dentro da ordem. Basta para tanto, que se mantenha o pessoal da segurança firme na luta, sempre dentro da justiça e da ordem.

Em todas as épocas e em todos os tempos a Polícia Militar do nosso Estado, incumbiu-se da defesa da honra, da integridade e da ordem.

Pode-se afirmar ser a Polícia Militar do Paraná, a alma mater do Estado. Nela se integram o espírito de sacrifício, de heroísmo, de abnegação, de renúncia, de ordem e de disciplina.

Em frente ao Palácio Iguaçu, existem dois mastros com as bandeiras do Brasil e do Paraná, tremulando como símbolo da unidade e da honra da nossa Pátria e do nosso Estado.

É sem dúvida, a bandeira o símbolo que mais de perto fala ao coração de todo aquele que sente a chama do patriotismo abrasar-lhe a alma.

Como homem que possui o inato sentimento religioso ante as forças imensas da natureza, ante os mistérios insondáveis da criação, curvo-me reverente e submetto à procura de uma explicação para as cercas em volta da praça Nossa Senhora da Salette, praça que leva o nome da Virgem Mãe de Deus, aparecida em Salette - França.

Situa-se no Centro Cívico, por Lei Municipal, sancionada pelo saudoso prefeito municipal Iberê de Matos.

A imagem de Nossa Senhora da Salette está hoje colocada entre os dois pinheiros altaneiros em frente ao Poder Legislativo, cuja imagem de Nossa Senhora foi doada pelos senhores deputados.

Deus e a Virgem da Salette guardem os Excelentíssimos senhores deputados pela aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 179/00

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná realizarão o exame de Emissões Acústicas Evocadas (código 51.01.039-9-AMB - teste da orelhinha), nos três primeiros dias de vida dos nascidos nesses hospitais.

Art. 2º Os pediatras das instituições referidas no artigo 1º desta lei, informarão aos pais sobre as medidas profiláticas destinadas à prevenção da surdez, fornecendo aos mesmos documentos com o resultado do teste.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2000

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Qualquer bebê recém-nascido pode apresentar problemas auditivos no nascimento ou adquiri-los nos primeiros anos de vida. Isso pode acontecer mesmo que não haja casos de surdez na família ou nenhum fator de risco aparente.

Dessa forma, é essencial que os pediatras façam o chamado “teste da orelhinha” nas crianças.

O exame é feito no berçário em sono natural, de preferência no 2º ou 3º dia de vida. Demora de 5 a 10 minutos, não tem qualquer contra-indicação, não acorda nem incomoda o bebê. Não exige nenhum tipo de intervenção evasiva (uso de agulhas ou qualquer objeto perfurante) e é absolutamente inócuo.

A audição começa a partir do 5º mês de gestação e se desenvolve intensamente nos primeiros meses de vida. Qualquer problema auditivo deve ser detectado ao nascer, pois os bebês que tem perda auditiva diagnosticada cedo e iniciam o tratamento até os 6 meses de idade, apresentam desenvolvimento muito próximo ao de uma criança ouvinte.

O diagnóstico após os 6 meses traz prejuízos inaceitáveis para o desenvolvimento da criança e sua relação com a família.

Infelizmente, no Brasil, a idade média de diagnóstico da perda auditiva neurossensorial severa e profunda é muita tardia, em torno de 4 anos de idade (dado de pesquisa do Ines, em 1990).

É preciso ter em conta que ouvir é fundamental para o desenvolvimento da fala e da linguagem.

Se o exame não foi realizado no nascimento, é preciso fazê-lo o quanto antes, com um audiologista dos programas de Triagem Auditiva dos hospitais.

Em cada 1.000 recém-nascidos, 2 a 6 apresentam algum tipo de perda auditiva. É uma incidência muito alta se comparada com outras doenças que têm testagem obrigatória assim que o neném nasce. A Fenilcetonúria (teste do pézinho) - 1 em 10.000 nascidos, o hipotireoidismo - 2,5 em 10.000 nascidos e a anemia falciforme - 02 em 10.000 nascidos.

O Grupo de Apoio à Triagem Auditiva Neonatal Universal (Gatanu), foi criado para aumentar a consciência coletiva para o problema da surdez na infância e a necessidade da detecção precoce.

O Comitê Brasileiro sobre Perdas Auditivas na Infância é formado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia, Sociedade Brasileira de Otologia, Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Conselho Federal de Fonoaudiologia, Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos (Fenapas), Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

As medidas profiláticas, como a realização desse tipo de exame, são essenciais para garantir saúde à população, melhorando a qualidade de vida das crianças cujo problema de surdez for detectado a tempo de tratamento mais efetivo.

PROJETO DE LEI Nº 180/00

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Reviver, com sede e foro no município de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Terapêutica Reviver tem por finalidade a prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos de ambos os sexos, colaborando com os governos municipais, estaduais e federal em programas relativos a este grave problema que preocupa toda a sociedade brasileira.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 181/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores das Vilas São José e Monte Castelo, com sede e foro no município de Ivaiporã - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Associação dos Moradores das Vilas São José e Monte Castelo, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, tais como: atividade recreativas, sociais, esportivas, palestras educativas sobre os mais variados temas de interesse da comunidade.

Todas estas realizações promovem a melhoria da qualidade de vida da população atendida, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 182/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Vila Jardim Aeroporto, com sede e foro no município de Ivaiporã - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Associação dos Moradores da Vila Jardim Aeroporto, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações, tais como: atividades sociais e culturais, palestras educativas visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania da comunidade envolvida.

Em função do desenvolvimento destas atividades de relevante teor social, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Na última semana, uma delegação representando este Poder Legislativo, composta pelo nosso presidente da Unale, deputado Orlando Pessuti e mais os senhores deputados Cesar Seleme e José Maria Ferreira, representando com a nossa soma, a representação do Paraná no Seminário Internacional Sobre a Amazônia.

Tivemos naquela oportunidade, lá em Belém, senhor presidente, senhores deputados, a felicidade de conhecer de perto esta narrativa, através dos depoimentos e,

principalmente, daqueles técnicos que conhecem de perto o que representa a Amazônia para a humanidade.

Hoje, quando comemoramos, senhor presidente, senhores deputados, o Dia Internacional do Meio Ambiente, que faz com que toda a Europa e a América e toda a humanidade preservem aquilo que lhe empresta a vida, que é o meio ambiente, fizemos que as ponderações através da Carta de Belém fossem levadas, não só ao nosso governo maior do Brasil, ao presidente da República, mas aos deputados e, principalmente, às autoridades internacionais que ali se fizeram presentes. Irmãos nossos de toda a América do Sul e, mais ainda, da América do Norte e da Europa ali estiveram com o seu testemunho, dizendo que a qualidade de vida se faz com a preservação daquilo que Deus nos ofereceu, que é a natureza.

Quero, senhor presidente, senhores deputados, mais uma vez dizer que a Coca-Cola, em termos mundiais, é a marca mais conhecida, e o segundo lugar, em termos de universo, o meio ambiente, é conhecido pela Amazônia, sem propaganda alguma, de nenhuma empresa e de nenhuma televisão associada no mundo. A Amazônia, hoje, tenta ser beliscada pela Europa e pela América do Norte.

Vimos que em um dos depoimentos daquele conclave, que temos em mãos aquilo que será escasso no próximo século, que vai ser a água. A água vai ser um meio pela qual toda a humanidade dela se sentirá distanciada. E nós, com os mananciais que possuímos, além das florestas que desfrutamos, temos um mãos a dádiva de Deus, que é a água, que em diversos países do mundo, no século próximo, não disporão para as suas populações aquilo que possuímos em abundância.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, naquele conclave foi feito com que não só os mananciais da bacia Amazônica mas todos os rios que a ela pertencem, tenham, de agora em diante do Poder federal, atenção que até agora não teve.

O segundo assunto, senhor presidente, senhores deputados, que nos traz a esta tribuna, é com relação ao governo do Estado do Paraná. Na última semana o senhor governador distribuiu centenas de viaturas a diversas cidades do interior do Estado, grandes e médias cidades. E nós, de Ponta Grossa, não recebemos nenhuma viatura e nada daquilo que o governo apregoa. Em uma das emissoras da cidade, quando o delegado chefe, doutor Noel Gurchiski falava da precariedade do elemento humano, fosse escrivão, fosse investigador ou qualquer outro componente de defesa da Polícia Civil de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, não temos também o suficiente número de pessoas para atender a nossa população de Ponta Grossa, e muito menos a Região dos Campos Gerais. Não possuímos delegados de carreira, não temos escrivães habilitados, não possuímos investigadores feitos na Escola da Polícia e não temos, enfim, nada daquilo que a população costuma cobrar das autoridades.

E nós, neste Parlamento, com o deputado Péricles Mello, com o deputado Plauto Miró Guimarães, temos, incessantemente, cobrado do senhor governador, a atenção à nossa cidade, à nossa Região dos Campos Gerais. Não é possível, senhores deputados, que no momento que o governo apregoa e anuncia a distribuição de uma frota grande, para o interior do Estado, Ponta Grossa, seja esquecida pelo senhor governador!

Estarei entrando, nesta Casa, com um requerimento e peço ao líder do governo, ilustre deputado Valdir Rossoni e a sua Bancada, que aprove, para sabermos o motivo pelo qual, com a carência que possuímos, Ponta Grossa não foi agraciada com nenhuma viatura, com nenhum dado referente a segurança de Ponta Grossa e da região de Campos Gerais.

Tenho ainda a dizer aos senhores deputados que, infelizmente, o nosso Estado hoje, está projetado, a nível nacional. Almoçando na 1ª Secretaria com o ilustre deputado Hermas Brandão, assistimos a revolta de um dos presídios nossos do Paraná que tem uma população carcerária lotada no dobro da sua condição de aceite. São 800 detentos e lá estão amontoados mais de 1.500 detentos. E ainda os senhores vigilantes da prisão, os homens ligados à segurança dos nossos presídios, estando em greve, facilitou, ainda mais, senhor presidente, senhores deputados, para que o Paraná se inserisse nas rebeliões ocorridas em todo o solo nacional.

Para tristeza, não só nossa mas para a Secretaria de Segurança do nosso Estado, e mais de perto do seu sistema penitenciário, alguma coisa urgente tem que ser feita, principalmente na questão referente a presídios do Paraná. E aí incluo a nossa Ponta Grossa, que a nossa cadeia, Hildebrando de Souza, com capacidade para 80 detentos, possui hoje 194 presos! São presos de toda região dos Campos Gerais, presos já apenados, com penas a serem cumpridas mas que o Estado do Paraná, incompetente, não tem dado a atenção devida às delegacias do interior do Estado. E a nossa cidade, com uma superpopulação, no dia de amanhã, estamos antecipando o que está hoje ocorrendo em Piraquara. Não fiquem surpresos se amanhã, depois acontecer na minha cidade de Ponta Grossa.

Acredito que o governo deverá repensar a questão de Segurança do Estado, dando atenção a todos os municípios do Paraná. Se ele tem alguma diferença com o prefeito de Ponta Grossa, a população dos Campos Gerais não tem nenhuma diferença com o governador é de todos os paranaenses. Estaremos com um requerimento cobrando do governador. O governador é de todos os paranaenses. Estaremos com um requerimento cobrando do governador, do secretário de Segurança o porquê de Ponta Grossa não recebeu viatura alguma.

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria de externar o meu apoio ao seu requerimento. Gostaria também que Vossa Excelência comple-

mentasse o seu requerimento sobre o trabalho que o governador fez em termos de industrialização de Ponta Grossa. Acredito que o requerimento virá com uma resposta satisfatória. Temos observado a atenção que o governador tem dado a Ponta Grossa. Temos visto, pois temos passado por Ponta Grossa, o desenvolvimento de Ponta Grossa. E esse desenvolvimento também tem a mão de Jaime Lerner. Tenho certeza que Ponta Grossa será atendida com relação as viaturas, porque tem recebido do governador uma atenção muito especial.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte. Aplaudimos o senhor governador no que se refere a industrialização dos Campos Gerais.

Tenho certeza que toda a população reconhece no governo do estado a sua participação. Bem como a participação do ilustre presidente desta Casa deputado Nelson Justus. Quando ocupava a Secretaria de Indústria e Comércio fez com que Ponta Grossa fosse agraciada com a implantação de diversas indústrias de porte nacional e internacional.

A solicitação nossa não é tão somente por viaturas, mas sim por pessoal, pelo desafogo da cadeia pública do nosso município. De antemão agradecemos a postura do líder do Governo e a aprovamos do requerimento, onde iremos com satisfação agradecermos ao governo pela atenção dada a nossa cidade e a nossa região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta presidência registra a presença do vereador Neuso de Francisco Alves. Também registramos a presença de Nelson Ricardo de Antonina.

Esta presidência registra a presença neste Plenário, do Excelentíssimo senhor Herbert Menezes, embaixador da República da Guatemala do Brasil, acompanhado pelo Excelentíssimo senhor Norberto Castilho, cônsul honorário da República da Guatemala em Curitiba.

Estas autoridades estão sendo recepcionadas pelo presidente da Casa, deputado Nelson Justus e eu gostaria de pedir vênias aos deputados inscritos no Pequeno Expediente para que nós fizéssemos um lapso no cronograma de inscrições, para podermos saudar e ao mesmo tempo, ceder por cinco minutos, a palavra ao embaixador da República da Guatemala, para que esta autoridade pudesse ter uma comunicação mais direta com os deputados do Estado do Paraná.

No momento em que saudamos a presença de tão ilustre autoridade, embaixador, homem responsável pelas relações exteriores do seu País, aqui no nosso País, nós, em nome dos deputados, queremos desejar-lhe boas vindas, e com a maior satisfação, senhor embaixador, concedemos a Vossa Excelência, a palavra neste instante.

O SR. HERBERT MENEZES

(Embaixador da República da Guatemala)

Boa tarde, obrigado por esta generosidade que não podia ser de outra forma, dado que os representantes genuínos dos paranaenses, se encontram aqui. Quero agradecer ao presidente, a hospitalidade que os paranaenses e especialmente, os curitibanos me brindaram durante este tempo e os dias subseqüentes.

Nós na Guatemala, como os senhores sabem, somos um País em paz e em democracia, e estamos procurando, através deste relacionamento com os representantes dos paranaenses, ficar mais perto e oferecer alternativas de inversão e conversão em nosso País que é a fronteira terrestre mais perto do melhor mercado do mundo e também, a economia, a economia maior da América Central.

Então, durante este tempo, vamos ter reuniões com diversos setores da sociedade paranaense e esperamos poder oferecer oportunidades para os empresários e industriais do Paraná.

Muito obrigado por este tempo e esperamos poder nos encontrar algumas vez em Brasília ou em Guatemala. Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta presidência agradece a presença de Vossa Excelência em nosso Estado e em nossa Assembléia e também, do cônsul honorário aqui em Curitiba e manifesta a imensa alegria de vê-lo aqui, em nome dos deputados do Estado do Paraná, esta que é uma Casa de leis, uma Casa de representação popular indiscutivelmente, sente-se honrada com a presença de alguém que representa para nós, a parte de tratamentos do seu País, no exterior.

Nós, no instante em que agradecemos a sua presença e nos sentimos honrados em tê-lo aqui, suspendemos a sessão por dois minutos para que os deputados possam cumprimentá-lo e o deputado Zuk, Alborghetti e Nereu Moura conduzirão, a seguir, até as dependências da Casa onde Vossa Excelência queira estar.

(Está suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente,. deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, deputado Caíto Quintana, senhores deputados.

Preocupa-nos, sobremaneira a situação que vive o Paraná hoje, senhor presidente, em todas as áreas, absolutamente em todas as áreas. O nosso Estado é a naucapitânia que está em alto mar, à deriva, não sabendo em qual Porto atracar. Poderia até esta paródia ser considerado melhor do que o processo do que o projeto fracassado da naucapitânia, construída para comemorar os 500

anos do Brasil e que até hoje não conseguiu sair do cais, lá na Bahia, aonde foi construída.

Todavia, senhor presidente. o Paraná poderá ser comparado com uma naucapitânia, que com pouco mais de sorte saiu do Porto, saiu do cais e conseguiu chegar nas águas turbulentas do oceano, e de lá está à deriva sem saber para onde ir. É na área de educação, estão aí os mestres e funcionários públicos em greve há 15 dias.

É na área da agricultura, o governo imobilizado, parado, incompetente não tem sequer um Projeto para mostrar a nossa agricultura que é esvaída, abandona o campo.

É na área de saúde pública, onde o secretário de Saúde foi afastado pela Justiça Federal, denunciado por malversação das verbas federais.

É na área dos transportes, onde as obras estão paradas há dois anos. Segundo informações que eu vi na imprensa hoje de deputados aqui que apóiam o governador, mais de 250 obras dos Caminhos do Saber, que fez parte do projeto de reeleição do governador Jaime Lerner, estão paradas no interior do nosso Paraná.

E o que dizer, então, senhor presidente, da área de segurança pública: chegamos ao fundo do poço, não há mais um centímetro para descer, é o limite, é a degradação total da falta de autoridade de um governo que se perdeu. Se perdeu nos seus atos e nas suas omissões. É, na verdade, a desestruturação do aparelho policial que trabalha por conta própria, fazendo o que bem entende, às vezes de forma errada, muito mais de forma errada do que de forma acertada.

Quando a CPI Nacional veio a Curitiba, prezado deputado Ângelo Vanhoni, ninguém, absolutamente ninguém, neste Estado imaginava que se fosse pegar aqui a ponta desse grande iceberg, envolvendo a segurança pública do nosso Estado, envolvendo autoridades políticas, empresariais, e, sobretudo, autoridades policiais. Ninguém imaginava, era um sonho que nós vivíamos neste Estado de poder bater no peito e dizer: "a criminalidade é como Rio de Janeiro, é no Espírito Santo, é no Acre. No Paraná, não!" Era um sonho de paranaense que aprendera, a viver neste Estado maravilhoso. Mas, de repente, o sonho acabou. De repente, o sonho virou pesadelo, senhor presidente. E o que aconteceu? Foi descoberta essa ramificação de quadrilhas de marginais operando dentro do aparelho do Estado, dentro da estrutura policial, envolvendo nomes de políticos, de empresários.

Senhor presidente, quero usar o Horário do PMDB, se Vossa Excelência permitir.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está usando o Horário da Liderança do PMDB o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço!

De forma, senhor presidente, o governador Jaime Lerner quando estourou o escândalo - o seu secretário de segurança pública conivente com o crime, segundo

denúncias da CPI, o delegado geral da polícia civil com prisão preventiva decretada, delegados, policiais envolvidos com prisões preventivas decretadas pela justiça - veio a público rapidamente e disse: “Vou fazer uma faxina na polícia do Paraná”! E nós até aqui, nesta tribuna dissemos: esta que o governador vai fazer, nós não acreditamos, só será no prédio da segurança pública que ele vá contratar uma empresa de limpeza para proceder a limpeza, fazer uma faxina. E nós não estávamos errados, senhor presidente. Desde aquela data o que foi feito pelo governador Jaime Lerner na área de Segurança Pública no Paraná? Nada.

O Noronha, que estava até ontem com a prisão preventiva decretada, voltou e assumiu a presidência do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná! E pelo que deixa demonstrar, vai pleitear a canonização pelo Vaticano porque trata-se de um homem imaculado, assim também como seu amigo de empreitada, de fuga, de tanta luta, o delegado Mário Ramos e o secretário Cândido Martins de Oliveira. O que aconteceu com esta gente? Nada? O que aconteceu com os agentes, escrivães? Nada? Cadê a faxina que o governador alardeou? Faxina de limpeza pública porque continua tudo como “dantes no quartel de Abrantes”, nada mudou!

Assistimos todos os dias a polícia envolvida. Até as presidiárias estão fugindo das delegacias no Paraná. Eu, sinceramente, não tenho convivência nesta área policial, aqui têm parlamentares com maior experiência, mas as mulheres, as presidiárias fugiram esta semana de uma cadeia de Curitiba, se tornando um fato histórico do Estado do Paraná.

O deputado Luiz Carlos Zuk divulgou agora que em Piraquara está acontecendo uma rebelião dos presos, inclusive com um assassinato dentro do presídio. E aí vai! O delegado presidente de um sindicato de Curitiba denunciou que estão 200 carros parados nas delegacias porque o desmanche de carro de Curitiba não empresta mais peças para que a Polícia recupere seus veículos e, por isso, os carros estão parados.

E, senhor presidente, naquela faxina que o governador Jaime Lerner ia fazer, veio à tona um concurso público que este governo fez para contratar funcionários para a área de Segurança Pública. Aliás, um concurso absolutamente necessário porque hoje as delegacias estão vazias, não têm escrivães, não têm detetives, não têm pessoas para trabalhar na área administrativa, não têm nada! As delegacias estão abandonadas!

Pois bem, o concurso, segundo denúncias que foram levantadas, é fraudulento, porque imaginem, senhores deputados, que o primeiro lugar do concurso é, nada mais nada menos que o irmão do delegado Noronha que era o homem de confiança do governador Jaime Lerner na área de Segurança Pública. O primeiro lugar! Pode ser até que este cidadão tenha tido a qualificação para passar em primeiro lugar, mas é estranho, é muito estranho! E, não sabemos de nada até agora, de que o governo tenha feito investigações para saber se efetiva-

mente este concurso foi manipulado, foi fraudado. As pessoas não foram convocadas e o Paraná está como a “Nau Capitânia”, em alto mar, à deriva, sem saber para onde ir. A única coisa que reside nesta história é a desesperança do povo do nosso Estado.

Ontem em Curitiba, deputado Ricardo Chab, este final de semana 15 assassinatos. Linchamento! Coisa que o Paraná nunca viu estão fazendo aqui, na região metropolitana: 4 pessoas sendo linchadas. Há suspeita de que tenha participação de policiais no linchamento e por aí vai. E o secretário de Segurança Pública, José Tavares, um especialista em mandar bater em trabalhadores, em espancar funcionários do Poder Judiciário e mandar atirar em trabalhadores sem-terra, assiste tudo sem nada fazer.

Para não ser indelicado, rapidamente, porque meu tempo está concluindo, nobre deputado Traiano, concedo aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Nereu Moura, ouço o seu pronunciamento e fico um tanto preocupado. Vossa Excelência me parece que prefere adotar a tática da profecia de projetar a desgraça neste Estado do Paraná, e só enxerga a desgraça. Quem projeta a desgraça, colhe desgraça. Realmente esta é a minha convicção.

Acho que o Estado do Paraná não está neste caos que Vossa Excelência afirma. Prefiro dizer-lhe, e tenho convivido com prefeitos no interior do Paraná, que antes de projetar a desgraça precisaríamos fazer uma análise do crescimento da receita - que praticamente dobrou, do ICMS dos municípios do Paraná, em função dos investimentos que o Estado do Paraná fez na área de industrialização do Estado. Isto não falo apenas porque o deputado Traiano está fazendo uma análise dele próprio. Pelo contrário. Tenho dados estatísticos e os prefeitos me dizem de que muito em breve o ICMS será a grande receita dos municípios no interior do Paraná.

Ouçó Vossa Excelência afirmar de que o secretário de Segurança não tem tomado medidas no sentido de coibir determinados abusos, de que continua tudo da forma como está. Ora, deputado Nereu Moura! O governador Jaime Lerner tomou com muita determinação decisões quando da vinda da CPI Nacional para cá. Demitiu secretário, demitiu Noronha, chefe da Polícia Civil do Paraná, enfim, tomou as providências que seriam necessárias naquele momento. Agora, vossa Excelência pergunta o que está fazendo esta gente. Esta pergunta não cabe a este Parlamento, nem o governador e nem aos paranaenses. Esta pergunta deveria ser feita à Justiça, porque quem revoga prisão de pessoas que estavam temporariamente com prisão decretada é a Justiça, não é o governador Jaime Lerner, não é este Parlamento.

Portanto, entendo que Vossa Excelência está um tanto quanto perturbado na condução do seu pronunciamento. Vou mais além: critica a ação do governador por ter promovido o concurso para investigador de Polícia e para escrivães, no Paraná. Ora! Se todos clamam pelo

concurso e aqui mesmo se travou uma batalha, quando o governador pedia a prerrogativa por mais 2 anos deste concurso, para não correremos o erro de fazermos com que aqueles concursados perdessem a legitimidade do seu concurso, a Oposição mesmo contestou esta atitude, agora o governador de imediato chama os concursados, noticiou na imprensa para todo o Paraná neste final de semana e Vossa Excelência critica, mais uma vez, a ação do governador. Não entendo. Acho que seu discurso, infelizmente, cai no vazio, porque Vossa Excelência projeta desgraça e desta forma colherá, com certeza, desgraça.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado, só quero contribuir para o seu pronunciamento: o senhor falou em 15 assassinatos. Na verdade nós tivemos este número, no final de semana.

Tivemos 6 assassinatos no final de semana. E mais de 3 pessoas que morreram no trânsito. Só para contribuir, à luz da verdade. Destes 6 assassinatos, 3 foram os rapazes executados em Almirante Tamandaré e um deles sobreviveu. Na verdade, a 4ª vítima sobreviveu. E nós estamos inclusive rezando, para que este rapaz sobreviva para contar quem é, quais foram os autores desta chacina em Almirante Tamandaré que há suspeitas de serem policiais militares.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte.

Deputado Traiano, sou muito realista, não sou eu que estou aqui a falar, esses dados todos são presentes na imprensa, no cotidiano, nos números das instituições que, fazem aferição.

Ora, se o Paraná vive esse mar de rosas que Vossa Excelência apregoa então quem está errado é a população do nosso Estado. Segundo pesquisa recente realizada aqui em Curitiba, 38% irá priorizar o seu voto em quem tiver uma proposta forte na área de Segurança Pública, porque se sente desprotegida.

Concluo, senhor presidente, não sem antes dizer que se o governo cresceu o ICMS em 100% por quê não dá aumento para os funcionários, para os professores, para os servidores do nosso Estado? Alguma coisa está mal contada nessa história, se o ICMS cresceu em 100% e o governo está escondendo esses números.

Senhor presidente, concluindo aqui efetivamente o meu pronunciamento, quero dizer que nós cobramos, sim, que o concurso realizado fosse, efetivamente, efetivado pelo governador, mas não sabíamos que havia denúncia de fraude; fomos descobrir que havia denúncia após a vinda da CPI Nacional para cá. E o mínimo que se esperava de um governo sério era a investigação para saber se houve fraude efetivamente, se o irmão do Noronha, que passou em primeiro lugar, passou por condições outras que aqui nós não queremos entrar no mérito. É isso que nós queremos saber.

Por isso senhor presidente, é uma lástima, o Paraná hoje pode se comparar, sim, à nau capitânea, está em alto mar sem saber em qual porto atracar.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Terceiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Apenas para deixar registrado neste Parlamento que a minha assessoria jurídica está preparando a entrada de um projeto, porque o deputado se elege, vem para esse Parlamento com ideais de servir, de propor idéias que vá de encontro à cidadania.

E lamentavelmente só existe um Estado desse País que existe uma delegacia como essa.

Estive em São Paulo há praticamente vinte dias e fui pessoalmente conhecer essa delegacia, como o deputado José Maria participou do debate da Copel, enfim, como o deputado Pessuti foi participar da Unale. quer dizer, a gente tem que ir atrás para conhecer. eu fiquei encantado com aquilo que foi criado em São Paulo. Me perguntei, deputado Neivo porque não instalar no Paraná, por que não se criar no Paraná uma delegacia especializada, não apenas no narcotráfico, não apenas naquela que a nossa comissão de cargas com o deputado Praczyk, trouxemos aqui uma série de projetos para fazer com que o caminhoneiro tenha tranquilidade de transportar o progresso do meu Estado para a Nação brasileira.

Não venha me dizer que é só aqui que há roubo de caminhões; roubo de caminhões há em todo o Brasil, a violência há em todo o mundo basta ver o Jornal Nacional ver o jornal das outras emissoras de televisão, da própria CNT, a minha emissora da Bandeirantes, da Globo, do SBT, e outros canais de televisão - da própria Rede Exclusiva - a violência está em todo mundo.

Uma violência que é constante no meu gabinete que é o gabinete da miséria, nas portas das delegacias, é a violência contra o idoso. Ele é espancado, tem a Constituição rasgada na sua cara ou na sua face, vai á delegacia de Polícia e lhe atendem com descaso, sem saber que ele gerou filhos, que aquela senhora idosa teve em seu ventre uma série de filhos e ajudou a plantar o meu Estado, uma vila, um bairro ou um conjunto habitacional e, lamentavelmente, o idoso quando é espancado, rasgado nos seus direitos não tem a quem recorrer, hoje, no Estado do Paraná.

Quando o Alborghetti apresenta um projeto, que se crie a Delegacia de Proteção aos Idosos, dizem que o Alborghetti tem idéias de primeiro mundo, que não existe dinheiro para se aplicar em uma delegacia que dê proteção a uma pessoa que passou dos 70 anos de idade. Não existe dinheiro. Não existe dinheiro. Não existe dinheiro para nada. Existe dinheiro para quê, então? Para quê? Para que existe dinheiro? Para colocar idéias, do quê? Se

existe dinheiro para se aplicar no esporte, por que é que não pode existir dinheiro para se aplicar na área da cidadania e da justiça social.

Foi criado no Paraná, graças ao governador Jaime Lerner, aquele sonho que tive a vida inteira: ao invés de eu pegar a minha mãe, que já é falecida e deixá-la internada em um asilo, durante 30 dias, abandonada - no Paraná foi criado em Pato Branco o meu amigo e irmão, deputado José Afonso, sabe da minha luta, foi duas vezes parlamentar comigo nesta Casa e não perde o título jamais, provando que foi um grande deputado, mereceu a honra e o caráter desta Casa.

Eu não conhecia Pato Branco e fui lá para ver se era verdade. Por exemplo, pego a minha mãe e levo-a de manhã e ela tem direito ao café da manhã, ao almoço, o café da tarde, recreação, dentistas, psicólogos, assistentes sociais. Depois levo-a para jantar comigo e dormir em minha residência. No outro dia, eu levo novamente a essa Casa de Amparo aos Idosos, que foi criada em Pato Branco. Deputado Augustinho Zucchi, é lindo esse trabalho e deveria ser colocado na região metropolitana da Capital, em Londrina, em Maringá, em Cascavel. Deputado Augustinho fico feliz pelo seu caráter, por estar concordando comigo - aquilo que foi construído em Pato Branco, no Rio, em Minas, em Santa Catarina.

A felicidade de pegar a senhora sua mãe - se você tem problemas com a sua esposa, deputado Zucchi, ela talvez não aceite a sogra dentro de casa, pegue a sua mãe para que ela não destrua o seu casamento e leve-a para esta casa que foi criada pela minha querida Fani Lerner - ela deu a sua vida para esse trabalho.

Isso chama-se cidadania, deputado Augustinho Zucchi, como o senhor luta pela agricultura do meu Estado, como quer que o agricultor fique na sua terra, porque sou daquela opinião: onde entra o pé do boi, sai o pé do homem.

Então, gostaria de deixar registrado nesta Casa, com muito orgulho, que vou apresentar um projeto de criação da Delegacia de Proteção ao Idoso, no Estado do Paraná. Uma Delegacia com uma psicóloga, com uma assistente social, com um promotor público, com uma delegada ou um delegado de Polícia, preparado, educado, com salário decente, não um salário de privada, um salário desonesto, cretino, imbecil! E que ele possa oferecer ao idoso: "O senhor está aqui para quê?" "Eu vim registrar uma queixa, fui agredido pelo meu filho, fui assaltado". Ali ele vai ter um tratamento, como tem a Delegacia da Mulher para a mulher.

Estou com 55 anos, daqui a cinco anos terei 60, já vou estar na curva da boa esperança! Quando você chega aos 60, começa a se agarrar nos galhos da curva do rio. A idade vai passando - também não quero que meu filho me jogue num asilo, e por isso aprovo e aplaudo aquilo que foi construído em Pato Branco. E, para dar seqüência a esta cidadania, vou trazer a esta Casa um projeto que já estou vendo no rosto do deputado Beraldin, meu particular amigo, que vai assinar comigo, vamos brigar, o depu-

tado Chab também vai brigar, e tenho certeza que vamos conseguir uma delegacia para amparar o idoso, no Estado do Paraná!

Senhor presidente, estou usando o Horário do PFL. Concedo aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Deputado Alborghetti, Vossa Excelência, só pelo fato de ocupar a tribuna para fazer referência ao idoso, já é um grande ato de vossa parte. Aqui no Brasil, o idoso não tem tido a consideração, o respeito e o aproveitamento da sua sabedoria, colhida durante a sua vida. Infelizmente nós aqui não estamos dando aquela atenção devida ao idoso brasileiro. Mas Vossa Excelência faz justiça, ao subir à tribuna e dizer que vai apresentar um projeto de lei para que a população do Paraná dê a devida atenção àquele que tanto deu para construir a nossa história.

Quero também dizer que estou estudando, na mesma linha, para criarmos uma Delegacia Especial no Paraná, para os crimes que ocorrem na Internet. É uma outra iniciativa e um outro discurso que devemos debater aqui na Assembléia. Sei que Vossa Excelência tem um número bastante grande de informações que pode nos dar, pois acontecem muitos crimes hoje pela Internet, e queremos também, dentro da mesma linha que Vossa Excelência quer colocar a Delegacia do Idoso, queremos apresentar uma lei estabelecendo uma delegacia para regular os crimes que ocorrem, hoje, via Internet.

Muito obrigado, meus cumprimentos.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Alborghetti, quero cumprimentá-lo também e dizer que, lamentavelmente no Brasil a política que é dedicada para a criança e para o idoso, é nefasta. Eu vi agora uma pesquisa encomendada pelo governo do senhor Fernando Henrique Cardoso, quanto a situação tanto do idoso quanto da criança, no Brasil. E até tem dados interessantes sobre isso. Que o idoso, apesar desta aposentadoria vergonhosa que se paga, principalmente na chamada aposentadoria rural, nem consegue comprar o medicamento, com a aposentadoria que recebe.

A pessoa, na idade da aposentadoria, necessita de determinados medicamentos e existe esta exploração no Brasil, que lamentavelmente é um dos únicos países do mundo que vi farmácia fazendo promoção de remédios. Só aqui que acontece, no Brasil.

Apesar do descalabro que se comete com o idoso no Brasil, ele ainda consegue ter uma situação melhorada com relação à criança. Ela é considerada muito mais pobre que o idoso, porque ela não tem saneamento básico, escola, não tem energia elétrica.

Se hoje a situação do idoso é precária e vergonhosa, imaginem as crianças, quando forem idosas.

Enquanto deixarmos de lado a questão da criança e do idoso, iremos passar por problemas sérios na Nação,

porque se não guarnecer aquele que vai levantar a Nação e aquele que já trabalhou, também fica demais.

Gostaria de dizer sobre aqueles filhos que abandonam seus pais em casas de idosos. Ouvi uma entrevista na semana passada de uma senhora num asilo. O repórter lhe perguntou qual era o seu maior desejo. Ela disse que gostaria que seus filhos viessem visitá-la.

Além do abandono institucional, às vezes a família também abandona o idoso.

Parabéns e muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Trago mais um projeto, mais um sonho. Estou neste parlamento para discutir, para analisar. Sempre fui eleito na minha vida contra tudo e contra todos. Enquanto for deputado e tiver a cara limpa, vou continuar lutando por cidadania e justiça social. O idoso é cidadão. Os idosos merecem respeito. Respeito. Por isso irei lutar sempre em defesa dos idosos criando esta delegacia para sua proteção, para que ele tenha o direito à cidadania. Sexta-feira um jovem, para provar seu amor a namorada, matou o avô a avó da namorada. Deu várias facadas no avô e na avó. Eles estão em estado grave num hospital paulista. O menino, por ser menor, vai sofrer alguns ensinamentos, dentro do Estatuto do Menor, e nada vai lhe acontecer.

Amanhã trarei um caso da Internet. É um alerta que poderemos colocar no projeto do deputado Beraldin para salvar as nossas famílias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta presidência registra com satisfação a presença do vice-prefeito de Assis Chateaubriand, Mauro Guerra, e dos vereadores: Nelson Biogo, João Aparecido, Dirceu Vieira de Paula e dos membros do diretório: Fernando Neto, Jorge Hinamoto, Floriano Mário Filho, Antonio Pimenta, José Vieira e Demerval Viana. Também registamos a presença do deputado José Afonso Júnior, com muita satisfação.

Concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Nossos cumprimentos ao deputado José Afonso Júnior, nosso amigo e irmão de tantas jornadas neste e fora deste Parlamento. Nossos cumprimentos aos companheiros de Assis Chateaubriand, que nos dignificam com suas visitas na tarde de hoje, aqui na Assembléia, onde assuntos de interesse do nosso Partido vamos tratar ainda na tarde de hoje.

Mas, atendendo a um pedido do deputado Cartário, aqui estamos para complementar aquilo que já disse nessa tribuna, o deputado Luiz Carlos Zuk. Estivemos na sexta-feira e sábado, os deputados Zuk, Seleme, José Maria, na cidade de Belém, no Pará, onde aconteceu uma reunião do Parlamento Amazônico. Cerca de 200 deputados estaduais daquela região estavam presentes, 10 depu-

tados federais, 5 senadores, 5 governadores, um vice-governador e as mais expressivas lideranças formadas por vice-prefeitos, prefeitos, vereadores, comunidade científica e universitária daquela região da Amazônia Legal e do centro-Oeste do Brasil, para discutir a Amazônia do ponto de vista dos amazonenses. A Amazônia do homem, o homem da Amazônia.

Devo dizer, senhores deputados, que voltei de lá muito satisfeito, porque senti nos nossos companheiros parlamentares da Região Amazônica um sentimento de que a Amazônia possa ser ocupada pelo homem, mas senti muito mais que isso, senti que essa ocupação, do ponto de vista deles, aqueles que lá nasceram, que lá vivem e que querem a Amazônia para os amazonenses que esta ocupação deva acontecer, respeitando-se o meio ambiente, a flora e a fauna e tudo aquilo de maravilhoso, tudo aquilo de importante para a humanidade que lá existe.

O governador do Pará, Almir Gabriel, em seu pronunciamento, diz que a Amazônia deve sim, integrar novas áreas ao seu complexo produtivo, agropecuário, mas antes disso, devem os amazonenses demonstrar capacidade tecnológica e produtiva para as áreas que já foram desmatadas, algumas delas que já se encontram degradadas, onde estão produzindo 50 sacas de milho que se demonstre que se produzem 200 sacas, que é possível produzir, para depois partir para a derrubada e devastação de novas áreas.

Foram importantes as colocações ouvidas por nós e que partiram do sentimento, do coração e da viva voz daqueles que lá nasceram, que lá vivem e que lá querem permanecer, cuidando dos interesses daquela região que, geograficamente, representa 61% do território brasileiro, mas que possui apenas e tão somente, 19 milhões de habitantes e que em termos de PIB, nesse País, tem o PIB pouca coisa maior que o nosso Estado do Paraná, porque enquanto nós temos qualquer coisa ao redor de 6% do PIB nacional, a Amazônia como um todo, tem apenas 7% do PIB nacional.

Há necessidade que nos preocupemos com as questões da Amazônia, sim, e faço questão de fazer esse relato e vir à tribuna no dia de hoje, porque 5 de junho, é o Dia Mundial do Meio Ambiente, lá se falou muito de meio ambiente, e aqui nesta Assembléia temos falado muito sobre o meio ambiente, nestes 17 anos que estou nesta Casa, centenas talvez milhares de vezes já pudemos ver deputados na tribuna da Assembléia, ou oferecendo propostas ou discutindo em reuniões, seminários, a questão do meio ambiente, e é necessário que esta casa, senhor presidente, permaneça ativa e atuante nas questões ambientais, defendendo o ambiente no qual estamos inseridos, e com ele convivendo, para que no futuro não venhamos a nos arrepender daquilo que porventura tenhamos deixado de fazer durante a nossa atuação parlamentar.

Aqui tem se pronunciado nos últimos tempos, pessoas denunciando ações que agridem o nosso meio ambi-

ente. Aqui falou o deputado Edno Guimarães, acerca do problema lá de Cianorte, aqui falou o deputado Beraldin acerca da agressão de algumas regiões da nossa mata atlântica, e ficou da parte da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, ficou da parte da Liderança do Governo, o compromisso de que aqui compareceriam os integrantes do Instituto Ambiental do Paraná, da Secretaria do Meio Ambiente, para dar contas daquilo que efetivamente estaria acontecendo nessas duas localidades, nessas duas regiões. Pessoalmente, já tive as informações que me foram prestadas gentilmente pelo doutor Andrigueto, pessoa que respeito e admiro, mas acho que é importante, já que o assunto foi tratado neste Plenário, pelos deputados Edno e Neivo, que este Plenário por inteiro possa ter as explicações do doutor Andrigueto, do secretário Hitochi, para que não paire em nossas cabeças nenhuma dúvida, nenhuma desconfiância daquilo que está ou deixou de acontecer.

Concluo, senhor presidente, fazendo a Vossa Excelência e à Assessoria da Mesa, novamente um apelo para que o nosso projeto, que institui as auditorias ambientais, que já está com todos os seus pareceres oferecidos e aprovados, que possa figurar da Ordem do Dia, porque afinal de contas é um assunto que há 6 anos estamos com ele tramitando nesta Casa, e já temos inclusive de parte da Liderança do governo, o consentimento e a concordância para aprovação deste projeto, que interessa não só a nós, como seu autor, não só a esta Casa, como participante desse processo de discussão e votação, mas interessa ao governo do Paraná e a todos os paranaenses, que possam ter esse dispositivo das auditorias ambientais, para nos precaver, para que possamos nos prevenir contra acidentes ecológicos ou desastres ecológicos que muito prejuízo trará a nós.

Muito obrigado e faço o apelo para que esse projeto possa vir à Ordem do Dia para ser discutido, votado e aprovado por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, por 30 minutos, ao deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para falarmos um pouco, também como fez o deputado Orlando Pessuti, em relação ao nosso meio ambiente.

Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. acho que melhor do que eu fazer aqui um discurso em relação ao meio ambiente, é apresentar aquilo que fiz em favor do meio ambiente.

Então, vejam, nós apresentamos aqui uma lei que institui a Frota Verde. O que é a Frota Verde? Obriga o governo do Estado no prazo de 5 anos, portanto falta mais 2 anos, para que todos os veículos públicos sejam

movidos a álcool. Por quê movidos a álcool? Porque o álcool é o produto nosso, de produção nossa que gera empregos e renda. E o álcool polui muito menos que a gasolina. Falando em álcool, hoje estive na prefeitura de Curitiba onde se lançou a frota de álcool no diesel, onde será usada nos ônibus de Curitiba. Também poderia falar da Lei do ICM's Ecológico, e devo falar da Lei do ICM's Ecológico, porque essa lei foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa, uma lei pioneira no Brasil, e ela já recompensou os municípios que preservam o Meio Ambiente, deputado Orlando Pessuti, com mais, ou com quase, 300 milhões de reais.

Então, vejam, quando a lei foi criada em 1991, apenas 52 municípios eram contemplados por ela. Hoje são 218 municípios que recebem os recursos do ICM's Ecológico. Com a Lei do ICM's Ecológico foi possível compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Veja, de 52, passamos para 218 municípios, por quê? Porque vários municípios do Estado, e mais de 160, passaram a criar áreas de preservação ambiental, se credenciando assim a Receita do ICM's Ecológico que é dado ano a ano através da Secretaria do Meio Ambiente, dado o novo índice. Quer dizer, o município credenciado hoje no ICM's, que tratar bem os recursos que recebe aplicando em Meio Ambiente, no ano seguinte poderá melhorar a sua receita. Se ele aplicar mal, poderá diminuir a receita. Isso depende apenas da Secretaria do Meio Ambiente que ano a ano estuda a aplicação dos recursos. Mais do que isso, as Câmaras de vereadores de cada município poderá legislar sob a aplicação desses recursos no orçamento do município, aplicando em plantio de árvores, em recuperar mananciais, enfim, criar praças, tudo que se refere ao Meio Ambiente, esse recurso tem que ser destinado, bem aplicado pelos municípios.

Portanto, no Paraná, em torno de 4 milhões de reais por mês são repassados aos municípios que preservam o Meio Ambiente. Só aqui na região metropolitana de Curitiba já foram repassados mais de 100 milhões de reais. Em primeiro lugar se destaca Piraquara, que já recebeu mais de 27 milhões de reais; portanto, então, em torno de 10 mil reais todos os dias. São José dos Pinhais já recebeu mais de 10 milhões de reais. Colombo já recebeu mais de 9 milhões de reais. Então, a região metropolitana está altamente beneficiada, porque os mananciais residem aqui na nossa região metropolitana. E temos que garantir a qualidade dos nossos mananciais, dos nossos rios, porque vamos ter que captar a água muito mais longe se não cuidarmos agora e se não preservarmos agora. Portanto, o mecanismo que buscamos e encontramos na Lei do ICM's, que é mecanismo justo, porque compensador, e garante essa preservação ambiental tão necessária para os dias de hoje, especialmente com o crescimento desordenado que temos aqui na nossa região metropolitana e no nosso Estado do Paraná.

A outra idéia que apresentamos foi a que cria os distritos industriais ecológicos, porque temos aqui a região de Pinhais, Piraquara que não podem se industrializar, por quê? Porque têm na sua região, em grande parte, áreas de preservação ambiental. Ora! Se não podemos instalar indústrias, temos que levar a indústria àquela região não-poluente, e se estamos dando créditos para empresas nacionais e internacionais para que se instalem aqui, por que não darmos um incentivo fiscal para que as indústrias não poluentes se instalem na região metropolitana, especialmente aqui em Pinhais, São José dos Pinhais, Colombo e região metropolitana?

Tem o aparte o deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Deputado Beraldin, sabemos que esta Lei do ICM's Ecológico eternizou a sua passagem aqui na Assembléia. Também somos preocupados, como os demais companheiros, com o meio ambiente, a ecologia no Estado do Paraná e, vimos estudando certos mecanismos para que haja algum aperfeiçoamento no sentido de que estas áreas, que dão origem ao ICM's Ecológico, sejam, por um determinado período, vistoriadas pelo IAP, porque temos provas de que existem áreas que recebem ICM's Ecológico no Paraná, como o exemplo de Maringá, mais precisamente o Parque do Ingá, uma área que está sendo degradada através do tempo.

Quando vereador em Maringá, fizemos um relatório sobre o Parque do Ingá e levamos ao prefeito. Fizemos a denúncia na Secretaria do Meio Ambiente de que aquela área, sua parte vegetativa, estava sendo atacada por cipó, por ervas daninhas, por uma erosão fantástica que estava tirando toda a cobertura das raízes e muitas áreas tombando devido a isso.

Então, estamos estudando um mecanismo, nobre deputado, no sentido de que o IAP possa, a cada quatro ou cinco anos, fazer uma vistoria nestas áreas que recebem o ICM's para ver se realmente os prefeitos estão cuidando.

O senhor não pode fazer um adendo na sua lei, no sentido de que esta verba fosse destinada diretamente para a área que gera o ICMS Ecológico porque isto fere a constituição já que o município tem autonomia em legislar sobre parte tributária. Mas, estas áreas, em determinados lugares, como já denunciei aqui, geram ICMS Ecológico e este dinheiro vai para outras áreas, outros fins, que não sejam estes que Vossa Excelência deseja, que é a preservação da área.

Temos na Região Noroeste, e a Comissão do Meio Ambiente esteve esta semana em Cianorte, uma área que a Companhia Melhoramentos está tomando para si e que há vinte anos atrás era área de floresta nativa, exuberante, com árvores frondosas e esta área toda, foi praticamente dizimada pelo fogo, a cada ano, e nada se fez.

Agora, as prefeituras dizem que não têm recursos para comprar caminhões-pipa, contratar guardas flo-

restais, fazer um preservação desta área. E, este ICMS Ecológico, está indo para onde?

Para concluir, quero dizer que nossa preocupação é para que não haja desvirtuamento destes recursos. Vossa Excelência falou que quatro milhões por mês são aplicados no ICMS Ecológico, mas na nossa região não vemos sequer um equipamento comprado com o ICMS Ecológico.

Então, é preciso que façamos alguma coisa no sentido de que não haja desvio destes recursos que são oriundos da preservação e têm que voltar que a proteção continue sendo dada nestas áreas.

O SR. BERALDIN

Queria lembrar ao nobre deputado que ele colocou uma questão interessante sobre a obrigatoriedade de os municípios aplicarem os recursos na área de preservação ambiental.

Bem, em 1988 colocamos na Constituição Estadual, no artigo 132 combinando com o artigo 158 da Lei Federal, para compensar os municípios que tivessem área de preservação ambiental.

Como exemplo, vamos apenas comparar Araucária com Piraquara.

Piraquara, antes da lei, recebia em torno de 40 mil reais por mês, de ICMS. Depois da lei, passou a receber 340, talvez. Então, criou equilíbrio entre o município industrializado. Quer dizer, quem paga a conta para o município que preserva é o município industrializado. Foi a maneira que encontramos de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Então, esta compensação financeira fez com que mais de 160 municípios criassem mais de 400 áreas no Paraná. Veja a corrida que tivemos, dos municípios, em criar áreas de preservação ambiental para inserir isto na Lei do ICMS Ecológico.

Agora, mais ainda, colocamos na lei que o IAP é responsável pela elaboração do índice na receita de cada município, ano a ano. Quer dizer, se o município aplicar bem os recursos e melhorar a qualidade da água do Rio Iguaçu, por exemplo, os municípios que o cercam passarão a receber mais. Agora, se não aplicar bem os recursos, sua receita vai diminuir. E mais ainda: está garantida na Constituição Estadual a autonomia municipal. Quando está garantida na Constituição, não podemos fazer uma lei carimbando recursos! Por exemplo, poderíamos aqui discutir quais os critérios que dividem os 25% que cabem aos municípios: população, área territorial, área agrícola, área industrial. Não estamos perguntando a parte que Araucária recebe da sua importância industrial, no que é que está aplicando. Ela está aplicando na indústria? Na qualidade de vida das pessoas? Isto depende da consciência municipal, da sua Câmara de Vereadores. Vossa Excelência quando foi vereador em Maringá, poderia ter feito uma lei destinando "x" recursos, correspondente aos recursos do ICMS para fazer isto ou aquilo na área ambi-

ental, porque tinha a prerrogativa de legislar em favor da aplicação dos recursos do seu município.

Concedo aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Entendo que a colocação que Vossa Excelência faz é realmente bastante oportuna para o dia em que estamos comemorando o Dia Mundial do Meio Ambiente. A preocupação do deputado Divanir também é legítima, e Vossa Excelência deu a receita correta de como se resolver isso. Acho que temos algumas etapas a serem cumpridas neste processo de repartição dos recursos do ICMS, principalmente aqueles oriundos do ICMS Ecológico. A primeira etapa já foi cumprida por esta Casa ao instituir, através de um projeto seu, a destinação de ICMS Ecológico aos municípios que fizerem jus a ele.

Num segundo momento, já avançamos um pouquinho mais, que foi um projeto do deputado Cezar Silvestri, que procurou estabelecer que 50% dos recursos destinados a cada município, oriundos do ICMS das reservas indígenas. Mas, sabemos que isto é realmente complicado para nós, enquanto deputado estadual.

A terceira etapa, que nós, enquanto deputado estadual poderemos fazer, enquanto sociedade paranaense deveremos fazer, a nível de cada um destes municípios, é procurar sensibilizar a Câmara de Vereadores, a comunidade toda, para que durante a elaboração da peça orçamentária, para que lá, a nível de município, possa a lei ser produzida de forma que os recursos oriundos do ICMS Ecológico sejam destinados a obras e empreendimentos ligados à preservação ou conservação ambiental. Entendo que a nossa parte foi feita. Cabe a nós agora fazermos a terceira etapa, que é a mobilização e a sensibilização da comunidade, para que a nível de município, sem que venhamos ferir a autonomia municipal, os próprios munícipes, vereadores, comunidade organizada, possam eles interferir, ingerir, na repartição daquilo que vai para os municípios como ICMS Ecológico.

Porque é evidente que causa a mim, a Vossa Excelência, a qualquer outro deputado, tristeza e constrangimento quando sabemos que um recurso foi para um município, fruto do ICMS ecológico, e de repente esse recurso é utilizado de modo a não preservar, a não conservar o meio ambiente. Isso causa a nós constrangimento sim, e por isso temos que fazer a terceira parte, que é a mobilização da comunidade.

O Sr. Beraldin

Vossa Excelência aborda muito bem o assunto, mas também queria lembrar a Vossa Excelência e à Casa, que nós aqui criamos muitos municípios e dividimos alguns, deixando o município-mãe absolutamente desamparado em relação ao município criado. Um exemplo típico é Piraquara e Pinhais; dividimos Piraquara e Pinhais, e Piraquara não pode industrializar-se porque tem

área por decreto federal, ou decreto estadual, ou lei municipal, ele não pode industrializar a sua área.

Guaraqueçaba, 97% da sua área é de preservação ambiental. Então, eles não tinham nada para compensar, para poder o prefeito lá também comprar um barco para levar o medicamento para os moradores das ilhas, Guaraqueçaba não tinha um leito de hospital, não tinha uma mesa cirúrgica, não tinha uma praça; passou a ganhar 100 mil reais por mês como compensação, sim. Agora, se quiser, o prefeito e os vereadores poderão dar o destino certo aos recursos. O que podemos fazer enquanto legislador estadual é criar uma lei compensatória, e cabe a eles dar esse destino.

Muito bem. Falado sobre a Lei do ICMS Ecológico, e também para não me alongar, quero dizer que ela está sendo reeditada em quase todos os Estados do País, é uma lei que deu certo.

Muito bem, apresentei há poucos dias também um projeto de lei aqui proibindo o corte de pinheiros e madeiras nativas por dez anos. O Estado do Paraná, num passado recente, tínhamos uma vasta região em área de floresta nativa, especialmente o pinheiro; hoje estamos com apenas 1%. Alguma coisa temos que fazer em relação a isso para poder garantir a qualidade de vida, e até porque precisamos deixar o pinheiro no Paraná, para que os nossos filhos e nossos netos possam conhecer aquilo que faz parte da nossa história.

Também aproveitei aqui na Assembléia Legislativa, e que já é lei, a Lei nº 4791, que proíbe a fabricação, a distribuição, a comercialização de produtos que contém CFC, que é um produto também que destrói a camada de ozônio.

Também apresentamos há poucos dias, um projeto de lei que obriga os municípios, com mais de cem mil habitantes, a essa mistura que aconteceu hoje em Curitiba, do diesel, do álcool no diesel. Quer dizer, se colocarmos álcool no diesel, vamos diminuir a poluição do nosso ar. Esse também é um tema que estará sendo discutido aqui, porque o projeto está tramitando na Casa.

Portanto, não podia deixar de ocupar a tribuna na tarde de hoje, sendo hoje do Dia Mundial do Meio Ambiente. Espero que cada um faça um pouco em favor do meio ambiente. Eu estou fazendo. Essa semana estou plantado 200 árvores, canela, canela-branca, aqui num bairro de Curitiba, mais especificamente no Itatiaia, Cananéias e Parati; 200 árvores que irei patrocinar. As pessoas que forem plantar essas árvores e as famílias serão cadastradas, e receberão uma constante visita nossa para que cuidem dessas árvores, para que naquele bairro, naquela comunidade que não tem nenhuma área verde, que não tem nada hoje que seja símbolo do verde, símbolo do ar que respiramos, símbolo da natureza, possa crescer aí nessa região um novo bairro com árvores plantadas, com uma população mais consciente da importância que tem o plantio de uma árvore, com a população mais consciente da importância que tem a preservação do meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrado o Grande Expediente, consulto a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto as lideranças do PPB. PSL. PT. PST. PSB. PTB. Liderança da Oposição.

No horário da Liderança da Oposição, usará a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados. Acabo de receber uma informação, extra-oficialmente, que na rebelião de Piraquara, um servidor público estadual foi morto. O motivo de nossa preocupação é no sentido de que, quem sabe, deveríamos nos deslocar para aquele local, para verificar essa informação e nos colocarmos à disposição, para negociar com o nosso presidente da Comissão dos Direitos Humanos. Poderemos nos deslocar para lá, em nome da Assembléia, para averiguarmos a situação.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Colombo, concede-me um aparte?

(Assentimento)

Recebi um bilhete neste momento, dizendo o seguinte: "Jogaram o agente Airton Reginelo de cima da laje. Ele foi levado pelo Siate, em estado grave, para um hospital." Pode ser que esteja morto.

O Sr. Nereu Moura

Tem um que foi assassinado e tem dois que estão para ser, segundo notícias, executados nas próximas horas. Pode ser que o Airton seja o segundo.

O SR. IRINEU COLOMBO

A situação é grave. Acho que valeria a pena ficarmos atentos a esta questão e acompanharmos de perto.

Temos um servidor aqui que me procurou há pouco, pedindo o apoio da Assembléia Legislativa, através da Comissão de Segurança.

Estou visualizando, pelo que me consta, é a comissão mais apropriada, presidida pelo pastor Edson, que poderia conversar sobre isso.

O que me traz à tribuna não é propriamente isso, mas mostra a situação política da Segurança Pública no Estado do Paraná - com os sem-terra a eficiência é bastante grande. Contra o narcotráfico e para construir presídios que dêem dignidade, parece que não há essa eficiência.

Senhor presidente, senhores deputados, hoje pela manhã, o Bloco de Oposição da Assembléia Legislativa se reuniu para deliberar sobre um problema que se arrasta há vários dias, que é com relação à permanência ou não do Bloco de Oposição, de seus deputados, na CPI do Crime organizado do narcotráfico. Nós, considerando as

informações que recebemos dos membros daquela CPI, dos deputados, Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson e Edgar Bueno, e considerando ainda as atitudes que aquela comissão tem tomado ultimamente e também a relação que o governo do Estado e o próprio poder Judiciário tem tido, com relação à busca de incriminar os narcotraficantes do Paraná, decidimos nos afastar da CPI do Narcotráfico.

Primeiro, porque as denúncias que pesam sobre o deputado Algaci Túlio, que é presidente das CPI, de fato não o incriminam, mas no mínimo causam constrangimento para o deputado e o nível de isenção fica comprometido, no que seria absolutamente aconselhável o seu afastamento. É evidente que nós não cremos na sua efetiva ligação com isso, mas o seu afastamento seria propício, para provar que não há nada com relação a isso.

Mas outros fatos pesam sobre essa decisão, a questão é que o governo do Estado, desde o início das investigações da Comissão Especial, presidida pelo deputado Ângelo Vanhoni, tem prometido fazer uma força-tarefa no sentido de ir a fundo na investigação dos narcotraficantes e da máfia organizada, no Estado do Paraná.

Uma força-tarefa que incluía afastamento de delegados, suspeitos ou indiciados, que incluía colocar policiais com a carreira ilibada, policiais decentes, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil à disposição da Promotoria de Investigação Criminal.

Também colocar um aparato de segurança e de apoio à CPI para sua absoluta eficiência nas investigações. E isso não ocorreu. O governo, nas vezes que tomou as decisões, foi por pressão, e tem o apoio majoritário na Assembléia Legislativa.

Quando nós estávamos instalando a CPI, com 7 membros, sendo 4 do Governo e 3 da Oposição, o que daria um equilíbrio de forças interno, mesmo assim prevalecendo a opinião do governo, mesmo assim o governo optou por instalar uma CPI com 11 membros, majoritariamente superiores, nós apenas com 3 membros, que estavam dando aval a uma conduta que não concordávamos.

Aí se inclui inclusive a tomada de depoimento de pessoas que eram colocadas em situação constrangedora, porque no Plenário daquela CPI, estavam as pessoas indiciadas, como no caso do Hissan Hussein, constrangendo os depoentes, mudando o percurso dos depoimentos contra ele, inclusive.

Isso levou à suspeita que estavam preparando respostas ou defesas nos Tribunais, para seus cliente, no caso os advogados que ali faziam presença, junto com os indiciados.

Todos os fatores, a forma de conduzir a CPI, não clara, não transparente, sem tornar públicas muitas das ações da CPI.

O problema que envolveu, desde o início, as duas denúncias contra o deputado presidente desta CPI, e pouca importância que o governo do Estado e as poucas ações ou nenhuma ação, no sentido de afastar do Paraná o mal que é o narcotráfico, por parte do governo do Estado, faz

com que os deputados de Oposição não fiquem avaliando procedimentos impróprios dessa CPI. Nós não queremos ser avalistas, Poderíamos sim, conduzir uma CPI de 7 membros, isenta, com apoio do governo estadual, com apoio do Judiciário que não liberasse, tão facilmente, as pessoas indiciadas sem que pudéssemos ouvi-las plenamente, ou pelo menos, o o Tribunal de Alçadas pudesse ouvi-las plenamente. Contando com um força enorme contra as nossas poucas forças de 3 membros, absolutamente minoritários, sem apoio do governo, sem apoio das forças públicas do Estado do Paraná, não tem condições de sermos avalistas deste procedimento!

Nós não queremos compactuar com uma CPI que não vai fundo nas investigações, não queremos compactuar com uma CPI que é constrangedora, tendo seu presente com amigos que, até agora, não foram chamados para cá, nós não queremos compactuar com uma CPI que não tem isenção absoluta!

Então é essa a reposta da Bancada da Oposição, aconselhando seus membros para que se retirem da CPI. Também me foi perguntado se nós voltariamos, futuramente, na CPI. A conjuntura política do Estado do Paraná, a forma como o governo Jaime Lerner vem conduzindo a política de segurança, no Estado do Paraná, nem nós deputados temos segurança e tranquilidade para continuar as investigações. Queremos, na verdade, propor quem sabe uma CPI, numa nova conjuntura, em que possamos investigar a fundo, com apoio inclusive do Executivo estadual.

O Sr. Nereu Moura

O que precisa ficar claro, deputado Colombo, é que o que determinou nossas ações aqui neste parlamento, foi a vontade de fazer uma investigação cabal sobre o crime organizado no Paraná. Não só em relação ao narcotráfico, mas com todas as suas filiais, todo o crime organizado.

Esse era o pensamento nosso quando nos propusemos a criar uma CPI conseguimos as assinaturas para instalar aqui nesta Casa, mais de 18 assinaturas. Uma CPI com 7 membros onde as forças ficassem equilibradas, o governo inclusive com a maioria. Quatro do governo e três da Oposição. Mas não foi possível de ser instalada, porque o governo orientou os seus parlamentares que subscrevessem outras CPI's. Não mais com 7 membros, mas sim com 11, onde deu uma desproporcionalidade muito grande nas forças políticas, sendo oito simpáticos ao governo e três não simpáticos ao governo Jaime Lerner, de Oposição.

É importante que fique claro que queremos uma investigação serena, profunda, e que entre nos porões do crime organizado do Paraná. Se estamos nos retirando dessa CPI é porque achamos que ela não está cumprindo em dar uma resposta enérgica à opinião pública do Paraná. Como forma de protesto. Estamos fragilizados politicamente dentro da CPI. Temos o

maior respeito por todos os parlamentares, não estamos dizendo que esses parlamentares do governo não estão com vontade de fazer uma investigação. Ocorre que estes fatos já relacionados, com denúncias de políticos, não só do deputado Algaci Tulio, temos inclusive pessoas ligadas ao PMDB e somos os primeiros a querer saber a verdade. É preciso fazer uma investigação clara, cristalina para sabermos a verdade das questões.

Que fique claro que temos um sentimento profundo para se que faça uma investigação sobre todas as mazelas do crime organizado no Paraná.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO

Gostaria de dizer que o nosso Bloco de Oposição aconselha seus membros à retirada da CPI do Narcotráfico.

Gostaríamos que essa CPI tivesse a intenção de passar a limpo o Paraná e da forma como está sendo conduzida não terá condições de chegar ao fim assim pretendido.

Portanto é decisão do Bloco de Oposição. Gostaria de fazer dessa minha fala um comunicado oficial à Mesa Executiva do nosso afastamento. Faremos de maneira formal a toda a sociedade paranaense através de uma nota oficial que distribuiremos à imprensa e entregarei logo em seguida a Vossa Excelência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Tão logo receba a manifestação da Liderança das Oposições, determinará que seja retirado os nomes dos representantes da Oposição na Comissão que investiga o crime organizado.

Consulta a Liderança do Governo se fará uso do seu horário.

(Declina)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Péricles Mello, na qualidade de líder do PT, com apoio dos senhores deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca e Ângelo Vanhoni, constante do expediente, indicando o senhor deputado Hermes Fonseca como líder do Partido nesta Casa, em substituição ao atual líder deputado Péricles Mello. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 031/00/GL/PMDB, subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente, comunicando que a partir da presente data o senhor deputado Edson Strapasson, deixa a condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Narcotráfico

e o Crime Organizado no Estado do Paraná, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 032/00/GL/PT, subscrito pelo senhor deputado Péricles Mello, constante do expediente, comunicando que a partir da presente data o senhor deputado Ângelo Vanhoni, deixa a condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Narcotráfico e o Crime Organizado no Estado do Paraná, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 033/00/GL/PDT, subscrito pelo senhor deputado Edgar Bueno, constante do expediente, comunicando que a partir da presente data o senhor Edgar Bueno, deixa a condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Narcotráfico e o Crime Organizado no Estado do Paraná, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 611/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Ciretran no município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 611/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Ciretran no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 121/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Fundacentro - Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná, no município de Pitanga. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 122/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil, com sede e foro no município de Marialva. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 139/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos "São Luiz Gonzaga", com sede no Distrito de São Luiz D'Oeste e foro no município de Toledo. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 142/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juranda, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que dispõe sobre a contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do Estado e municípios. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o senhor governador do Paraná a incluir um representante da Undime - Paraná no Conselho Estadual de Educação. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União, com sede no município de Pinhais e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que fica declarada de Utilidade Pública ao Lar Recanto do Idoso de Arapoti, com sede e foro no município de Arapoti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/2000, de autoria da Comissão Executiva, que amplia às comissões permanentes do Mercosul, de direitos humanos e da cidadania e de defesa do consumidor, o disposto da Resolução nº 054/94. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 999, 1000 e 1001, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1002, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1003 e 1004, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1007, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1008, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1012 e 1013, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1014, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1015, 1016, 1017, 1018, 1019 e 1020, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti,

constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1023 e 1024, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1025, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1026, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1011, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa registra com satisfação em meu nome particular, em nome do deputado Nereu Moura a presença do senhor Clodoaldo Santos, secretário geral do PMDB, Claudionor Farias pré-candidato do PMDB e Zilmar Pereira, advogado do município de Bom Jesus do Sul.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei nº 179/99

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 240, 572 e 647/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 295/99, 051, 096 e 164/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 2000.

“A Viação Campos Gerais é Coisa Séria”

Jornal Diário da Manhã

“É uma pena que, nessa verdadeira guerra política, que está em curso na cidade, nomes de pessoas e de empresas sejam usados para tornar parte no confronto, mesmo nada tendo a ver com tudo isso. Na semana passada, um empresário, do ramo madeireiro, viu seu nome sendo notícia no Paraná inteiro. Sua família, como não poderia ser diferente, está padecendo de um natural constrangimento, porque a matéria vai para o ar, na televisão,

sem que a pessoa tenha o direito de, ao menos, se explicar. Ontem, foi a vez de aparecer o nome da empresa Viação Campos Gerais. Foi o bastante para que já surgissem ilações, relativas à planilha de custos do preço da passagem. As coisas não podem ser assim, nem devem acontecer dessa maneira. Não é possível que, de repente, o tal empresário, travestido de investigador, nas diversas gravações que deve ter feito com o mesmo funcionário da prefeitura, possa virar juiz do conceito de pessoa e empresas da cidade, sem nenhum tipo de consequência. Não custa dizer que a Viação Campos Gerais é uma grande empresa, que garante emprego a centenas de pessoas que presta, indiscutivelmente, um serviço de qualidade ao público usuário, e que não merece ter seu nome envolvido, numa questão político-eleitoral, que nem de longe deve lhe interessar, eis que o serviço que presta é resultado de concorrência pública, com duração de dez anos. A última foi no final de 92, no encerramento do governo do prefeito Pedro Woosgrau Filho. Por conta disso, a próxima concorrência se dará no final de 2002, na gestão do prefeito, que o povo escolher no primeiro domingo de outubro. É preciso haver um paradeiro nessa coisa de se usar nomes de pessoas e empresas para um ataque, que tem alvo definido”.

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDOS DE ADESAO

Mario Kreutzer Veiga Filho, matrícula 40105, endereço Rua Afonso Celso, 60, bairro Ahú, cidade de Curitiba, CEP: 80540-270 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 491.937.839-41, telefone: 332-3915, data de nascimento: 14/04/60.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 4587)

Curitiba, em 31.05.2000.

(a) Mario Kreutzer Veiga Filho

Roseni do Rocio Ricardo Cantu, matrícula 40640, endereço Rua Eduardo Carlos Pereira, 22, Bl. 2A, Ap. 32, bairro Novo Mundo, cidade de Curitiba, CEP: 81020-770 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 621.915.279-49, telefone: 347-4366, data de nascimento: 21/06/67.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 4578)

Curitiba, em 31.05.2000.

(a) Roseni Cantu

Jorge Luiz Saboto, matrícula 40244, endereço Rua Maria Bueno, 361, bairro Capão Raso, cidade de Curitiba - PR, CPF: 786.263.909-04, telefone: 246-6758.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 54.

(Prot. nº 4581)

Curitiba, em 31.05.2000.

(a) Jorge Luiz Saboto

Maridalva do Rocio Saboto, matrícula 40656, endereço Rua Afife Mansur, 202, bairro Novo Mundo, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$389,72, CPF: 477.856.839-72, telefone: 246-6758.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: 059.

(Prot. nº 4580)

Curitiba, em 31.05.2000.

(a) Maridalva do Rocio Saboto

Maristela do Rocio Kaminski, matrícula 40084, endereço Rua José Pallu, 683, Bl. 1, Ap. 202, bairro Novo Mundo, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$300,00, CPF: 652.335.739-20, telefone: 246-6758.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: 054.

(Prot. nº 4579)

Curitiba, em 31.05.2000.

(a) Maristela do Rocio Kaminski

Josias Raymundo, matrícula 97, endereço Rua Rio Madeira, 1080, Bairro Alto, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$616,81, CPF: 201.382.889-68, data de nascimento: 07/02/48.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 24.

(Prot. nº 4636)

Curitiba, em 31.05.2000.

(a) Josias Raymundo

Suely Maria Salmon, matrícula 40026, endereço Rua Alfredo Heisler, 395, bairro Bacacheri, cidade de Curitiba, CEP 82600-470, PR, remuneração mensal estimada R\$613,94, CPF: 244.925.749-72, telefone: 257-1695, data de nascimento: 23/01/56.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 4638)

Curitiba, em 31.05.2000.

(a) Suely Maria Salmon

Edson Luiz Rodrigues Efigênio, matrícula 40062, endereço Av. Guatupê, 102, bairro Jardim Belo Horizonte, cidade de São José dos Pinhais, PR, remuneração mensal estimada R\$400,00, CPF: 320.135.589-53, data de nascimento: 29/10/55.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 06.

(Prot. nº 4634)

Curitiba, em 01.06.2000.

(a) Edson Luiz Rodrigues Efigênio

Tonia Vanessa de Arruda, matrícula 40965, endereço Rua Major Pedro Abreu, 89, bairro Portão, cidade de Curitiba, CEP: 81020-020 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 792.459.609-78, telefone: 246-9192, data de nascimento: 18/08/72.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 4635)

Curitiba, em 01.06.2000.

(a) Tonia Vanessa de Arruda

Jean Carlos Worell, matrícula 41051, endereço Al. Julia da Costa, 2855, ap.15, bairro Bigorrião, cidade de Curitiba, CEP 80730-070, PR, remuneração mensal estimada R\$420,00, CPF: 551.421.849-04, telefone: 336-6654, data de nascimento: 11/04/69.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 4637)

Curitiba, em 01.06.2000.

(a) Jean Carlos Worell

Monica Nogarolli, matrícula 40486, endereço Rua Euclides da Cunha, 1501 - Ap. 151, bairro Bigorrião, cidade de Curitiba, CEP: 80730-610 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 671.959.469-91, telefone: 335-5835, data de nascimento: 11/10/67.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 4639)

Curitiba, em 01.06.2000.

(a) Monica Nogarolli

Lucia Otomi Hirose Okimoto, matrícula 41053, endereço Av. Affonso Camargo, 955 - Ap. 307, bairro Cristo Rei, cidade de Curitiba, CEP: 80050-370 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 364.298.569-68, telefone: 362-4841, data de nascimento: 02/09/56.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 4649)

Curitiba, em 02.06.2000.

(a) Lucia Otomi Hirose Okimoto

Gilson Swonka Roda, matrícula 128, endereço Rua Profa. Maria José Godoy, 73 - bairro Bom Retiro, cidade de Curitiba, CEP: 80520-220 - PR, remuneração mensal estimada R\$400,00, CPF: 587.203.599-34, telefone: 338-9181, lotação: D.G., data de nascimento: 14/12/63.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Agente Administrativo.

(Prot. nº 4650)

Curitiba, em 02.06.2000.

(a) Gilson Swonka Roda